

## UMA ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE A GLOBALIZAÇÃO E O ESTADO NAÇÃO\*

Cláudia Glênia de Freitas\*\*

**Resumo:** o presente artigo tem por objetivo, através de um recorte sócio-jurídico e histórico sobre globalização, tecer alguns comentários teóricos sobre o processo globalizador, seu aspecto social e jurídico, e como esse paradigma vem sendo incorporado pelo Estado Nação. Passa-se então a analisar a contextualização da globalização, seu conceito e como o Estado Nação vem absorvendo seus efeitos.

**Palavras-chave:** Globalização. Conceito e Contextualização. Estado Nação.

### A THEORETICAL APPROACH ON GLOBALIZATION AND THE NATION STATE

**Abstract:** *the purpose of this article is, through a historical and social-legal cutout about globalization, make some theoretical comments on the globalizing process, its social and legal aspect, and how this paradigm has been incorporated by the nation state. From then, examine the context of globalization, its concept and how the nation state has incorporated its effects.*

**Keywords:** *Globalization. Concept and Contextualization. Nation State.*

O presente artigo visa abordar de forma concisa a globalização e seus efeitos no Estado Nação, tecendo breves comentários teóricos acerca da noção de globalização, enfocando as divergências doutrinárias e jurídicas sobre o instituto, e como ele foi se desenvolvendo ao longo de sua existência, observando o seu conceito, excluindo-se os resquícios de massificação nele inseridos, buscando analisar os seus efeitos diretos e indiretos universalizados. Para tanto, far-se-á um breve comentário sobre a contextualização e conceituação da globalização, verificando os efeitos do instituto no Estado Nação.

Pode ser observado no contexto mundial uma reorganização econômica cujo reflexo se nota em todos os países, continentes, sociedades, classes, uma nova forma de acumulação produtiva, que, transforma espaços urbanos em busca de uma incansável luta pela inserção na dinâmica global.

\* Recebido em: 10.06.2014. Aprovado em: 20.06.2014.

\*\* Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás. Professora na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) e das Faculdades Objetivo.



Essa nova dinâmica na economia internacional emergente altera, não só, os espaços urbanos, como também rearticula a população neles existentes, uma vez que, com a dispersão espacial da produção, sustentada, entre outros fatores, pelas tecnologias de informações, a concorrência internacional aumenta e com ela a migração da atividade produtiva, a cultura, a intelectualidade, a vida.

O mundo, chamado moderno e globalizado, vem sofrendo grandes modificações sociais, pois, a luta que os países travavam individualmente se reverteu num complexo jogo entre conjuntos de países, chamados blocos econômicos, decorrentes do processo de globalização, incorporado e vivenciado pelo Estado Nação.

## NOÇÕES INTRODUTÓRIAS E CONTEXTUALIZAÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO

Há aproximadamente quatro décadas que tenta-se explicar as transformações econômicas, sociais, laborais, as mudanças mundiais ocorridas, através de um novo conceito chamado globalização.

Para observar e compreender qualquer fenômeno social é necessário e indispensável a análise do momento histórico vivenciado pela sociedade, pelo indivíduo, produto da miscigenação de complexas e indetermináveis relações humanas.

Entender a nova tessitura desse novo extrato social emergente, não é tarefa fácil, principalmente porque a adoção do termo globalização, de certa forma, se difundiu a tal ponto, que se massificou, estando consagrado entre os atores sociais.

Uns admitem que a discussão do tema se deu inicialmente nos Estados Unidos a partir da metade da década de 80, como uma verdadeira inovação para a sociedade, um prenúncio de um brilhante século (THUROW, 1997). Outros, menos otimistas, advogam que o referido processo, em sentido amplo, se tenha iniciado no período das descobertas dos navegadores do século XV e XVI, nada mais sendo do que uma versão melhorada do processo de acumulação e expansão do capital (CHESNAIS, 1996), neste caso indicando uma aceleração do processo de internacionalização e de mundialização, inerente ao capitalismo desde o seu surgimento no final do século XV, que, por sua vez, não poderia existir ou se desenvolver sem o mercado mundial.

Já se afirmava que “a necessidade de um mercado em constante expansão compele a burguesia a avançar por todo o globo terrestre. Ela precisa fixar-se em toda parte, estabelecer-se em toda parte, criar vínculos em toda parte” (MARX, 1998, p. 8).

Sustenta ainda, que o capital tenderá a romper e destruir toda a barreira espacial oposta ao comércio, e toda a terra será conquistada por ele, o capital, como um mercado. Por outro lado, será reduzido o tempo de locomoção (tanto por transportes mais sofisticados e velozes quanto por informações - produzidas e comercializadas em escala mundial como mercadorias) e essas variáveis tendem a aumentar quanto mais desenvolvido for o capital.

No presente século essa assertiva não é mais uma ideologia, é uma realidade econômica, pois empresas produzem em todas as partes do mundo, inobstante as fronteiras geográficas. Procuram o local onde a mão-de-obra e as matérias primas existam não só em maior quantidade, como também sejam mais baratas, visando um mercado consumidor internacional, cuja parceria harmônica é a internacionalização do capital, investido em inúmeros países, regiões e continentes, independente das situações econômicas intra país.

Em 1840 o mundo presenciou o fortalecimento do modo de produção chamado capitalismo industrial, período este marcado por sucessivas revoluções burguesas liberais, “A burguesia, pela exploração do mercado mundial conferiu uma forma cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. Para desespero dos reacionários retirou à indústria a base nacional em que esta assentava” (MARX, 1998, p. 9). Aproximadamente 150 anos depois, surge o capitalismo global e informacional em um mundo marcado por modelos políticos e econômicos únicos.

Trata-se de uma nova estruturação da economia mundial, em razão da revolução tecnocientífica e pela imensurável concentração de capital, o que impulsiona, neste século, a expansão do capital de uma forma jamais vista antes na história do mundo.

Graças à revolução tecnológica da informática, a capacidade de se processar e de se transmitir informações entre pessoas e empresas, o mundo de hoje, se torna a maior base estrutural para a solidificação do processo de globalização, visto não existirem registros antecedentes a este momento,



que demonstrem essa aceleração do ritmo dos acontecimentos. Essa expansão do capital sempre foi notória no decorrer da história, conforme ficará demonstrado mais adiante, porém, este processo de superação de fronteiras sempre se deu de forma lenta, paulatina, não coesa, bem diferente do que se tem neste século.

Não pode ser relegado a segundo plano a afirmação de Marx de que o capitalismo é um processo civilizatório, que influencia e modifica em maior ou menor grau as organizações do trabalho e a vida das comunidades, sociedades, indivíduos com as quais entra em contato. O próprio processo atravessa crises cíclicas que determinam sua transformação continuada, criando, recriando relações de produção, capazes de movimentar e configurar as sociedades para se manter e se eternizar.

A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção - por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a condição primeira de existência de todas as anteriores classes industriais. A contínua subversão da produção, o ininterrupto abalo de todas as condições sociais, a permanente incerteza e a constante agitação distinguem a época da burguesia de todas as épocas precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com o seu cortejo de representações e concepções secularmente veneradas; todas as relações que as substituem envelhecem antes de se consolidarem, Tudo o que era sólido e estável se dissolve no ar, tudo o que era sagrado é profano e os homens são enfim obrigados a encarar, sem ilusões, a sua posição social e as suas relações recíprocas (MARX; ENGELS, 1998, p. 8).

As afirmações acima podem ser descritas como a teoria marxiana, onde a realidade social é tida como essencialmente dinâmica. “É dinâmica, complexa e contraditória, já que envolve relações processo e estruturas de dominação política e apropriação econômica, contexto no qual se produzem movimentos de integração e fragmentação” (IANNI, 1999, p. 36).

Outras teorias, além da marxiana, estão sendo utilizadas para interpretar aspectos particulares desse novo modo de vida, de modernização, de globalismo, de mercado, de mundo.

A teoria sistêmica é uma delas. Ela toma como um sistema complexo a sociedade mundial, “produto da diferenciação crescente dos sistemas que a antecedem e compõem”. “O que predomina nessa teoria é a interpretação sincrônica, com a qual a realidade é apresentada como um todo orgânico, funcional e auto-regulado. Baseia-se nas técnicas eletrônicas” (IANNI, 1999, p. 30). Para essa teoria os acontecimentos sociais tendem ao equilíbrio, e, quando por sua vez, inesperadamente surge qualquer anomalia, o próprio sistema tende a corrigi-la ou suprimi-la.

Por outro lado, o processo de globalização pode ser estudado e interpretado dentro da teoria weberiana de racionalização crescente da vida social, tanto pregada por Weber. “A racionalidade com a qual se funda e desenvolve o capitalismo generaliza-se progressivamente pelas mais diversas esferas da vida social. Ainda que a racionalização crescente das ações e das formações sociais desenvolva-se principalmente no mercado, empresa, cidade, Estado e direito, logo ela se estende por outros ambientes” (IANNI, 1999, p. 32).

Não é matéria pacífica, como pode ser notado, a identificação do momento histórico inicial do processo de globalização e as teorias utilizadas para uma melhor interpretação, compreensão, engajamento de todo o processo e de todas as alterações vivenciadas, nos tempos mais recentes, pelo mundo, pela humanidade, pelo indivíduo, pela sociedade. Mas para começar a entender o momento histórico atual, carregado de todas as suas transformações é de suma relevância um olhar retrospectivo de alguns acontecimentos históricos não só do século XX, como também momentos que o antecederam.

## DELIMITAÇÃO CONCEITUAL

Sempre existiu na história da humanidade um esforço incalculável de superação das fronteiras geograficamente existentes entre os povos, processo este, que de certa forma se deu ao longo dos tempos lentamente, mas progressiva.

Por exemplo, pode ser registrado na história inicial da expansão do capital, a quebra dos navegadores portugueses do monopólio comercial da Itália com o Oriente, a entrada ao Oriente e a



“descoberta” do continente Americano, como resultado dos primeiros marcos da expansão do capitalismo, que geograficamente fluía por todo o globo, formando-se, morosamente, um sistema único de produção e consumo.

Trabalhando dentro do que foi proposto analisar no presente artigo é importante verificar o que se deu algumas décadas mais tarde, qual seja, a imprudência dos regimes totalitários europeus que levou a uma aliança de forças que resultou no surgimento de duas grandes potências: os Estados Unidos e a União Soviética. Tal fato deu início a uma polarização do mundo sustentada por ideologias rivais e antagônicas, instaurando-se no contexto mundial a chamada “guerra fria”.

Por mais contraditório que pareça, nesse período, o equilíbrio dessas duas potências representou para o capital internacional uma fonte de desenvolvimento que perdeu seu encanto nos anos 70, depois que o mundo ingressou em um período crônico de crises e de profunda recessão econômica, que gerou a queda na taxa de crescimento da produtividade do trabalho e queda na taxa de lucratividade do sistema capitalista mundial.

Com a quebra dessa bipolaridade imperialista e a falência das bases da economia internacional, surgem os primeiros fundamentos para o atual processo de globalização, assim como hoje é conhecido. A ordem bipolar começa a abrir caminhos para uma nova ordem, uma ordem multipolar, tendo como principais características o acirramento da guerra econômica entre empresas multinacionais e entre países, além da formação de grandes blocos econômicos regionais como o MERCOSUL, o NAFTA e a União Europeia.

A globalização pode ser abordada considerando quatro dimensões. Inicialmente como primeira dimensão da classificação quádrupla tem-se a economia capitalista mundial (GIDDENS, 1991).

Não descarta nessa abordagem o controle forte e quase ilimitado do poder econômico que tem a capacidade de influenciar sistemas políticos em qualquer parte do mundo, porém, não entende existir aspectos em razão dos quais a influência do capital expressa esse poder de forma minimizada, sejam, os fatores de territorialidade e de controle dos meios de violência. “Todos os estados modernos têm um monopólio mais ou menos bem-sucedido dos meios de violência no interior de seus próprios territórios” (GIDDENS, 1991, p. 75).

Em qualquer análise sempre deve ser lembrado que a economia mundial capitalista transforma em mercadoria a força de trabalho e esse trabalho busca as melhores condições de se desenvolver.

Nessa perspectiva o sistema dos Estados-Nação é a segunda dimensão da globalização, pois estes são os “atores principais dentro da ordem política global”, cuja soberania deve ser “entendida como algo reflexivamente” monitorada (GIDDENS, 1991, p. 76) que aliada a terceira dimensão, a ordem militar, influenciam, modificam e transformam as realidades internas e do mundo como um todo.

A redistribuição da população, com o fenômeno da globalização é o aumento das relações mundiais, através da união de localidades até então tidas como distantes (GIDDENS, 1991, p. 69) e da reestruturação produtiva, a qual está inserido, tanto países “desenvolvidos” quanto os países tidos “em desenvolvimento”, vem assumindo nova roupagem, que deve ser analisada à luz de reflexões sobre os novos padrões de acumulação de capital e seus impactos territoriais.

Nesse mar de modificações, as fronteiras estão sendo substituídas pelas divisas e a “autonomia dentro do território reivindicado pelo Estado é sancionada pelo reconhecimento das divisas pelos outros Estados” (GIDDENS, 1991, p. 77), o que não diminui a soberania individual das nações envolvidas.

A quarta dimensão da globalização diz respeito ao desenvolvimento industrial, que se funda na expansão da divisão global do trabalho, sendo ela um dos marcos divisores entre as áreas de maior ou menor industrialização no mundo (GIDDENS, 1991).

A vinculação territorial do trabalho e dos trabalhadores pode ser entendida dentro da nova realidade do conceito de território e de seu uso, uma vez que, são objetos de ações humanas, pois, considerados espaços habitados, existindo dentro do processo de globalização uma dialética do território, afirmada por controles locais de técnicas de produção cujas regulações (internacionalização do capital produtivo) estão ligadas a outros lugares que ultrapassam as fronteiras estabelecidas pelo Estado Nação, criando o que Milton Santos chama de uniões verticais (onde pontos distantes utilizam os serviços e a matéria prima sem interesse com o reflexo dessa utilização na comunidade local) e uniões horizontais (geradoras de compromissos individuais, visando o bem comum).



Nesse enfoque, pode se justificar a união dos trabalhadores, vinculando o indivíduo e o trabalho ao território, como modo de intensificar suas atuações nas relações com o capital, fortificando a capacidade de decisão desses trabalhadores no próprio modelo de produção.

a eficácia dessa união vertical está sempre sendo posta em jogo e não sobrevive senão as custas de normas rígidas....Enquanto que as uniões horizontais podem ser ampliadas, mediante as próprias formas novas de produção e de consumo. Um exemplo é a maneira como produtores rurais se reúnem para defender os seus interesses... Devemos ter isso em mente, ao pensar na construção de novas horizontalidades que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que nos libere da maldição da globalização perversa que estamos vivendo e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade (SANTOS, 1996, p. 20).

O mundo vem se reorganizando economicamente e esse processo emergente de uma nova forma produtiva de acumulação de capital reflete, transformando os espaços urbanos que buscam de forma cada vez mais competitiva sua inserção na dinâmica global.

Essa reorganização econômica pode, por sua vez, ser entendida na perspectiva da crise do regime fordista de acumulação, que altera os processos de organização do trabalho e o seu modo de regulação, estabelecendo novas regras nas relações de força entre hipossuficiente e detentores dos meios de produção.

Vale ressaltar que existem autores que defendem ser essa transformação uma extensão das estruturas fordistas e que o novo não se estruturará através de uma ruptura total com o seu antecessor, podendo, inclusive, ambos os modos de produção se estabelecerem dentro de um mesma estrutura.

O importante é perceber que existe uma nova dinâmica na economia internacional emergente, alterando o próprio regime de acumulação de capital e com isso rearticulando os espaços urbanos e sua população.

Tais características tornam a relação de trabalho mais flexível e desaparece o intervencionismo estatal nesse particular. Dentro dessa estrutura “perversa” não existem mais espaços para o trabalho sem qualificação ou para o trabalho sem aptidões específicas. O economicamente inapto nessa perspectiva “não deve sobreviver”, o que solidifica o fenômeno da exclusão social, não só nos países periféricos. O reflexo dessa estrutura pode ser observado na consolidação do desemprego estrutural, na alteração do emprego formal, e no aumento do trabalho informal.

Nesse atual processo de reestruturação econômica ocorre a dispersão espacial da produção com uma intensa mobilidade do capital, onde as tecnologias de informação conferem enorme dinâmica à produção e aos lugares, provocando um acirramento da concorrência internacional e uma migração da atividade produtiva. Essas tecnologias formam “um elemento essencial da reflexividade da modernidade e das discontinuidades que destacaram o moderno para fora do tradicional” (GIDDENS, 1991, p. 81).

Neste ponto de vista, o alargamento das fronteiras pode ocorrer pela formação de novos espaços produtivos ou pela transformação de outros já ocupados, colocando os países mais estruturados dentro do contexto mundial (sejam periféricos ou desenvolvidos) focos de mobilidade demográficas relacionados com o dinamismo de seus espaços territoriais.

Hoje, qualquer análise deve ser ponderada, vez que, “em ciência, nada é certo, e nada pode ser provado, ainda que o empenho científico nos forneça a maior parte da informação digna de confiança sobre o mundo a que podemos aspirar” (GIDDENS, 1991, p. 46).

Isso se dá, em grande parte, em decorrência da modernidade não ser uma “adoção do novo por si só, mas a suposição da reflexividade indiscriminada – que é claro inclui a reflexão sobre a natureza da própria reflexão” (GIDDENS, 1991, p. 45). Dessa forma, os elementos de qualquer conhecimento deverão ser sempre revisados, o que é chamado de modernização reflexiva<sup>1</sup>.

O fenômeno da globalização pode ser entendido como “a intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice versa” (GIDDENS, 1991, p. 69). Implica em uma mudança drástica no ritmo da indústria, do comércio, dos transportes, das comunicações, que por si só justifica essa intensa e crescente interdependência econômica entre os países do globo terrestre.



Seria de uma plausível ingenuidade, reduzir o processo de globalização ao seu aspecto econômico, pois, é impossível separar o econômico do social, do político, do demográfico, e dentro dessa ordem observa-se que:

o paradigma clássico das ciências sociais foi construído e continua a desenvolver-se com base na reflexão sobre as formas e os movimentos de sociedade nacional. Mas a sociedade nacional está sendo recoberta, assimilada ou subsumida pela sociedade global, uma realidade que não está ainda suficientemente reconhecida e codificada. A sociedade global apresenta desafios empíricos e metodológicos ou históricos e teóricos, que exigem novos conceitos, outras categorias, diferentes interpretações (IANNI, 1997, p. 237).

Analisando mais a fundo, pode-se observar que o processo de globalização é um fenômeno “multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosos e jurídicas interligadas de modo complexo” (SANTOS, 2002, p. 26).

Essa interação, por sua vez, transforma o sistema mundial, provocando um aumento na distância que separa as nações economicamente mais avançadas das dos países “menos desenvolvidos”, tornando cada vez mais gritante as desigualdades entre os níveis de desenvolvimento humano desses países. Além disso, reduz a importância das fontes de energias e das matérias primas, passando a valorizar as tecnologias de ponta.

Aliado a todas essas transformações surgem os conflitos étnicos; a redistribuição espacial, com o surgimento de novos Estados e a falência de outros, bem como com a dispersão espacial da produção com uma intensa mobilidade do capital e a migração internacional massiva.

Já nos anos 60, o intelectual canadense Marshall McLuhan, observou uma mudança da forma vivenciada neste século, no que concerne aos meios de comunicação, nomeando esses acontecimentos como “aldeia global”. Segundo Marshall, a tecnologia seria uma extensão do corpo humano e como tal formaria uma rede de comunicações, como se fosse o cérebro e se espalharia pelo mundo. Nenhum estudioso, independente da corrente doutrinária a que está adstrito, não deixa de destacar a fascinante importância das tecnologias de ponta no processo da nova ordem mundial, pois, sem essa revolução da robótica e da microeletrônica (Terceira Revolução Industrial), o processo de globalização não teria se desenvolvido e se ramificado por todo o globo da forma como se verifica hoje.

Envolvendo o processo de globalização dentro do raciocínio causal<sup>2</sup>, pode ser observado as seguintes causas para o seu surgimento:

- a) com o declínio do poderio soviético, o capital pode “despreocupadamente” fluir sem o temor de qualquer incursão ideologicamente mais poderosa, possibilitando a corporificação da idéia de um mundo mercado mundial, mercado que atravessa tudo, mercado das coisas, mercado das idéias, é o novo paradigma da globalização, que prevê uma suposta democracia de mercado, onde o território deve ser compartilhado.
- b) o progresso tecnológico provocou um encurtamento entre as distâncias, inovação esta incorporada maciçamente pelos agentes produtivos e financeiros, fracionando as atividades econômicas para diversas localidades, é o espaço territorial como elemento secundário;
- c) o aumento do déficit público dos países ditos desenvolvidos, em desenvolvimentos e subdesenvolvidos em razão das políticas do bem-estar social, que passam a ser combatidas. Alterando o comportamento estatal em relação à política assistencialista de assegurar gastos públicos com previdência social, saúde e outros benefícios sociais, em favor de deixar a economia alçar vôos maiores. Tais alterações se não bastassem foram aliadas a uma abertura cada vez maior quanto a circulação de bens, serviços e capitais, o que, por sua vez, provocou uma privatização desmedida de empresas estatais e serviços públicos, juntamente, a busca da desregulamentação da força de trabalho.
- d) a alteração do perfil populacional, pois, com o avanço da medicina a expectativa de vida se amplia e com ela os gastos estatais como: seguro social e assistência médica, encarecendo o sistema previdenciário.
- e) modernização e barateamento dos transportes em todas os seus níveis, possibilitando um melhoramento tanto no comércio internacional, quanto, na migração da população entre os países do



mundo. As formidáveis invenções e inovações nas áreas da informática, de telecomunicações, da genética e dos meios de transportes podem ser chamadas de terceira revolução tecnológica.

Essas causas acima elencadas contribuíram diretamente e indiretamente para a atenuação da idéia de Estado soberano e provocaram o conjunto de mudanças que hoje é chamado de globalização e, pode ser entendido como um processo de expansão do capital internacional tal qual ocorreu no mercantilismo, no colonialismo, no imperialismo, e no transnacionalismo, visando a expansão dos lucros.

Apesar das semelhanças dos processos de expansão do capital ocorridas ao longo da existência do próprio capital, a globalização tem certas individualidades decorrentes da derrocada do paradigma do Estado soberano como observado anteriormente. Pela primeira vez, na história do mundo, o capital não precisa do ente estatal para viabilizar a sua expansão, sendo em vários momentos cúmplice da mesma.

Não se consegue vislumbrar um movimento assimétrico entre o avanço tecnológico e o que deveria ser um avanço institucional. O ser humano, hoje, manuseia instrumentos tecnológicos de impacto mundial, e a capacidade do governo de buscar uma evolução comparável, está restrita, engeçada institucionalmente.

Essa mesma tecnologia que redefine os novos tempos está diretamente ligada à redefinição dos espaços, o planeta terra encolheu de maneira nunca vista ou sentida antes. Quase tudo se mundializou, enquanto isso, os instrumentos de regulação continuam agindo dentro do que se tem como nacional, gerando uma perda de governabilidade, criando um espaço de “vale-tudo internacional”, “enquanto o planeta encolhe e tudo se torna mais próximo, e as populações se encavalam nos espaços urbanos, o precipício econômico e social entre estas populações aumenta rapidamente” (DAWBOR, 1999, p. 11).

É interessante observar como se manifesta a globalização, através de uma divisão internacional de tarefas, onde os produtos industriais mais sofisticados e valiosos são resultado de operações realizadas em vários países, porém, os funcionários de maior qualificação e com maiores salários criam na matriz da multinacional seus produtos, que posteriormente são fabricados por uma mão de obra de muitos assalariados, extremamente barata.

Talvez esses acontecimentos podem ser observados com maior segurança contrapondo os conceitos de multinacionais e de transnacionais. “A empresa multinacional opera num número determinado de países e ajusta suas atividades e seus produtos para cada um deles. Já a corporação transnacional opera em todo o planeta como se ele fosse uma única nação: ela vende as mesmas coisas, e da mesma maneira, em todos os lugares” (CARMO, 1998, p. 10). A transnacional trata o mundo como mercado único, a multinacional ainda está ligada de certa forma ao terreno em que se solidifica, assim, observa de forma primária a adaptação do produto ao consumidor nacional, o que não ocorre com a transnacional que enxerga as especificidades de cada país de forma secundária, é o mercado internacional que dita as suas normas.

Daí a diferença da incidência da globalização nos países e a necessária intervenção dos Estados nacionais nessa conjuntura, mesmo que tenha que se adaptar a nova realidade. O que não pode, é ser decretado a obsolescência do Estado Nacional.

Octávio Ianni chamou de “a era do globalismo” todas essas alterações e modernizações vivenciadas, incrementadas, solidificadas pelo mundo de hoje, podendo este processo ser visto:

como uma configuração histórico-social no âmbito da qual se movem os indivíduos e as coletividades, ou as nações e as nacionalidades, compreendendo grupos sociais, classes sociais, povos, tribos, clãs e etnias, com as suas formas sociais de vida e trabalho, com as suas instituições, os seus padrões e os seus valores...São realidades sociais, econômicas, políticas e culturais que emergem e se dinamizam com a globalização do mundo ou a formação da sociedade global (IANNI, 1999, p. 16).

Mais uma vez, não se pode deixar de reafirmar que a globalização é um processo advindo de condições múltiplas, envolvendo vários aspectos em sua construção, revelando-se de forma diferenciada conforme o lugar e a perspectiva de observação, não está acabado e evidenciado da mesma maneira para todos, cada um o sente de acordo com a sua realidade social, econômica, institucional, comer-



cial, cultural, religiosa, individual e coletiva. É uma ruptura quase que geral nos modelos afirmados e reafirmados de Estado Nação, do nacional. É a entrada em um novo ciclo, que altera as realidades geográficas e históricas tidas como verdadeiras e imutáveis, onde mapas são redesenhados, e o mundo adquire novas configurações.

Por onde passa, o capitalismo abre fronteiras, recria espaços, realiza reformas desregulando a economia, mudando a legislação trabalhista e abrindo mercados, que por sua vez, provoca um desenvolvimento desigual e combinado nos modos de produção e no processo civilizador, distâncias são diminuídas através dos meios de comunicação e de informação, movendo pessoas e idéias e ao mesmo tempo aumentando as desigualdades nacionais e internacionais dos povos do globo.

Apesar da força da globalização ter se intensificado, dentre outras causas, pelo desmantelamento da ideologia advinda do poderio soviético, não se pode afirmar que a história chega a seu fim, que ideologias se esgotam, pois a ideologia se reproduz e se produz dentro dos movimentos sociais, tanto a nível nacional, quanto global, uma vez se desenvolvendo dentro das relações de produção, a globalização cria novas forças sociais e novas formas de lutas sociais.

É nessa diversidade e universalidade que o planeta Terra torna-se o território da humanidade, o local ideal para o surgimento de uma consciência nova e necessária ao uso e a apropriação da força de trabalho, do espaço e da natureza, muitas vezes usadas de modo autodestrutivas, é o surgimento de uma formação de cidadania em escala global, que pode provocar um enfrentamento da realidade do mercado global, que longe está de sustentar qualquer tipo de harmonização completa, chegando mais perto de fabricar e acirrar com maior austeridade as desigualdades e as diversidades.

## EFEITOS DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO - O ESTADO-NAÇÃO

Pode ser observado no decorrer da história do mundo, que sempre superpotências buscam, através de seus intelectuais, a formulação de teorias para justificarem os caminhos e descaminhos na evolução do capitalismo e do processo de desenvolvimento dos seus próprios países. Nesse quadro de idas e vindas, de tomadas e retomadas de várias teorias, reformulações e adaptações, não pode ser relegado a um plano secundário o que se deu em meados de 1826, no que concerne ao continente Americano, quando Bolívar advertia as nações libertas do colonialismo sobre o perigo da expansão dos Estados Unidos nos moldes da doutrina Monroe, que deixava clara a busca daquele Estado à hegemonia do continente.

O Estado, no decorrer da história mundial, demonstrou fortes indícios de proteger as empresas e os setores mais frágeis da sociedade, buscando planejar e coordenar o desenvolvimento econômico da nação. Assim, uma importante construção histórica do pós-guerra se solidificou nos países industrializados, o Estado do Bem-Estar Social, decorrente de uma aliança entre as políticas econômicas e sociais, que resultou em um crescimento econômico sem precedentes na maioria das economias capitalistas.

Ocorreu um consenso acerca da necessária manobra política e econômica, onde os estímulos econômicos deveriam ser conjugados com a segurança e a justiça social. A política social desanimaria os conflitos sociais através de políticas sociais, como seguro desemprego, auxílio doença e outras políticas de segurança e justiça social e a política econômica regularia e estimularia o crescimento econômico.

Porém, esse casamento não conseguiu se sustentar após os anos 80. Momento em que a economia não mais precisando do ente Estatal para se impor e se expandir, prega uma volta aos “sadios” mecanismos do mercado, sem qualquer proteção Estatal, afirmando ser o Estado obsoleto para resolver problemas de ordem econômica e também estar falido para manter as estruturas do *Welfare State*.

Não pode ser ignorado que o mundo hoje, inobstante ao grau de evolução industrial a que está adstrito, vive uma crise profunda, que afeta não só as estruturas sociais como também as estruturas de poder, se enraizando em todos os níveis das sociedades. Essa crise se funda na aceleração inflacionária, na desorganização do sistema financeiro e nas elevadas taxas de desemprego, redefinindo papéis e ações sociais e políticas.

Dessa forma, o que foi vivido no pós-guerra, estremeceu, se rompeu, face a um baixo crescimento econômico com aceleração inflacionária e desequilíbrios financeiros dos Estados, o que gerou um conflito entre a política econômica e a política social.





Não bastasse o mencionado, é visível a diminuição na capacidade de gerenciamento pelo Estado, seja por estarem os mecanismos de política longe de alcançarem os mecanismos do mercado global, seja pela crise governantes-governados.

Torna-se notório que os financiamentos com gastos sociais vem sendo não só diminuídos, como muitas vezes minados, seja pelo desemprego crescente, pela inflação, ou mesmo pela redução nas contribuições arrecadadas pelo Estado, incapacitando-o de responder de forma satisfatória as exigências dos programas sociais.

Dessa forma, uma saída pode ser: reorientar os programas sociais para se tornarem mecanismos atuais de soluções de problemas como a pobreza; a desigualdade social, a provisão inadequada para famílias de trabalhadores de baixa renda; incapacidade de estender aos que nunca trabalharam ou aos trabalhadores de tempo parcial os direitos e a proteção; discriminação contra mulheres e minorias; ênfase em políticas curativas e não preventivas na área da saúde (OIT – Organização Internacional do Trabalho, 1998). Essa reorientação dos programas sociais pode ser não só curativa, mas também preventivo, tentando, com isso, solucionar as raízes dos problemas da distribuição de riquezas e da erradicação da pobreza.

Dizer que os gastos sociais e sua forma de financiamentos são responsáveis pela inflação, pelo declínio dos investimentos e pelo desemprego, é muito simplista. Afirmar ainda, que as políticas sociais, desestimulam o trabalho, rebaixando os níveis de produtividade, é forçar uma ideologia não intervencionista do Estado em um momento em que a sociedade precisa da sua proteção face ao assustador fenômeno da globalização nos moldes em que está sendo imposto.

A imposição neoliberal<sup>3</sup> difundida a partir do Consenso de Washington<sup>4</sup>, traz em seu bojo algumas inovações que deveriam ser absorvidas por todos os Estados do globo, sem a devida análise do contexto sócio econômico dos países separadamente. Essas mudanças institucionais as quais todos deveriam se curvar, são em suma:

- a) uma diminuição sensível na intervenção/regulação estatal na economia dos seus países;
- b) novos direitos no que concerne a propriedade intelectual dentro do direito internacional;
- c) pressão das agências multilaterais, como Banco Mundial, FMI para que o Estado se subordine as metas por eles designadas.

Há autores que de outra forma, distribuiu a abrangência do “Consenso de Washington” em dez regras: “disciplina fiscal; priorização dos gastos públicos; reforma tributária; liberalização financeira; regime cambial; liberalização comercial; investimentos diretos do estrangeiro; privatização, desregulação e propriedade intelectual” (BATISTA, 1994, p. 26).

Essas receitas impostas para todo o mundo, em alguns, casos parecem não terem sido aplicadas como imaginavam os defensores do consenso, pois, apesar das dificuldades, alguns países vem buscando a utilização de ingredientes de acordo com a realidade interna vivida, selecionando de forma a adequar as imposições para não terem impactos tão corrosivos e destrutivos à sociedade nacional, como um todo.

Mesmo com essas tentativas contra-hegemônicas, não pode deixar de se notar, que o Estado-Nação perdeu e vem perdendo grande parte da sua centralidade tradicional, pois, não mais pode ser visto como única unidade privilegiada de iniciativa nos campos da política, do social e do econômico.

É notório que a aliança histórica entre sociedade de mercado e o Estado-Providência se enfraquece. Esse regime de bem-estar, que tem sido suporte ao exercício da cidadania, vem sendo alvo de críticas e pressões como mencionado acima, com o intuito de alterar todas as esferas da sociedade buscando uma reestruturação nas relações dentro da família, emprego, do público e do privado. É uma nova fase das sociedades, que por mais que se alterem as nomenclaturas - modernidade tardia, pós-modernidade, modernização reflexiva, sociedade global - o que se tem de certo é a incerteza, o risco, o contraditório.

A categoria do risco é uma construção social. Incorpora uma abordagem secularizada da vida, onde tudo pode ser previsto, e a proteção relativamente aos riscos eventuais passa por controlar o tempo e disciplinar o futuro. A filosofia subjacente à construção do risco assume que o risco é colectivo, assume que cada pessoa é um factor de risco, ao mesmo tempo que é também o seu alvo, embora não necessariamente exposta aos mesmos graus de risco. A categoria do risco



integra-se num entendimento racionalista da realidade que pressupõe uma tentativa de domesticação da incerteza, mas encerrando uma contradição fundamental: há regularidades do risco que podem ser identificadas e aplicadas aos indivíduos e aos grupos, podendo, no entanto, ser evitadas, desde que os indivíduos tenham consciência dessas regularidades e se predisponham a agir racionalmente (CARAPINHEIRO, 2002, p. 197).

A sociedade sempre foi entrelaçada e acompanhada por períodos de crises profundas, que na sua maioria vinham ao lado de certezas e de controle das incertezas e dos riscos, pois os sistemas institucionalizados até então tinham capacidade para as respostas. Hoje surge a sociedade de risco, termo utilizado por Beck, que se caracteriza pela generalização da insegurança, o que leva a um agravamento no risco social, situações indesejadas, imprevistas, conseqüências não esperadas.

Esses fatores indesejáveis não são um fenômeno novo, porém, em decorrência do dinamismo inerente à sociedade moderna, as novas formas de modernização, as quais têm o risco em seu bojo, estão provocando a possibilidade de uma “(auto) destruição criativa para toda uma era”. O “progresso pode se transformar em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica” chamado de “modernização reflexiva” (GIDDENS, 1997, p. 12).

Se por um lado passa a existir um risco e uma incerteza que não pode ser controlada, por outro, o fenômeno da globalização aos poucos desterritorializa o social e o político, enfraquecendo o Estado-Providência, que se exime das responsabilidades de redução desses riscos, intensificando as mudanças em todo o sistema mundial. Tais mudanças são recebidas em nível regional de forma diferenciada, em razão do contexto vivenciado por cada Estado Nação, por exemplo, nos países da América Latina o Estado-Providência se quer chegou a se solidificar, o que provocou crises fiscais e cambiais profundas com a aplicação da cartilha neoliberal.

“Atualmente as pessoas não estão sendo libertas das certezas feudais e religiosas-transcendentais para o mundo da sociedade industrial, mas sim, da sociedade industrial para a turbulência da sociedade de risco global. Espera-se que elas convivam com uma ampla variedade de riscos globais e pessoais diferentes e mutuamente contraditórios” (GIDDENS, 1997, p. 18).

A pressão maior a essas mudanças são externas, de grupos estrangeiros que buscam a qualquer custo transformar a intervenção do Estado em instrumento de expansão do capital sobre o que quer que seja nacional, porém, não deve ser olvidado o fato de que a teoria imposta é no mínimo utópica, diante da inexistência do mercado puro e perfeito, “através da ação destruidora de todas as medidas políticas, colocando em risco todas as estruturas coletivas capazes de resistirem à lógica do mercado puro...” (BOURDIEU, 1998, p. 137).

O Estado não é neutro, muito menos uma entidade imparcial, alheia aos acontecimentos,

é antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que esta sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que estes antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 1997, p. 191).

E é em meio a essas estruturas que o Estado Nação se orienta, quase desorientando suas bases, suas instituições, o trabalho e suas normas, o seu povo.

## CONCLUSÃO

Assim, uma das várias alternativas emergentes para que o Estado se mantenha em equidade em relação a forte pressão externa, imposta pelo capital e pelo sistema criado como única sobrevivência do modelo capitalista, vem sendo, suas uniões, formando blocos econômicos, não com o intuito único de cooperação, mas sim, com pressuposição de uma integração regional cuja a existência de uma ordem jurídica supranacional seja condição indispensável para a solidificação da própria integração almejada.



Não seria correto afirmar que os processos de integração são fatos novos no cenário internacional, a própria experiência europeia data da primeira metade deste século. Todavia a crise do modelo tradicional do Estado-Nação, que se encontra em colapso, mudou a feição da busca pela integração no mundo, revelando um tipo de integração fundada na coercitividade em relação ao cumprimento das diretrizes fixadas, não se resumindo apenas a meras declarações de boas intenções.

É nessa perspectiva, onde o Estado-Nação se encontra em declínio progressivo, que a formação dos blocos integracionistas presumem a existência da supranacionalidade, com uma transferência da soberania estatal individualizada em favor da comunidade regional, pautado por uma verdadeira ordem jurídica comunitária, obrigatória e vinculante para todos os Estados-Partes, surgindo, com isso uma nova ordem estatal, o que por sua vez reafirmará e reestruturará suas instituições mais sagradas, dentro do processo globalizante.

#### Notas

- 1 O conceito foi desenvolvido na obra *Modernização reflexiva* de Giddens como um “novo estágio, em que o progresso pode se transformar em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica” (GIDDENS, 1997, p. 12).
- 2 Teoria de Daniel Little, discutida em seu livro *Varieties of social explanation*, quando diz que “Há três idéias comumente envolvidas no raciocínio causal: a idéia de um mecanismo causal conectando causa e efeito, a idéia de uma correlação entre umas ou mais variáveis, e a idéia de que um evento é uma condição necessária ou suficiente para outro.” (LITTLE, 1991, p. 13).
- 3 Doutrina centrada na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do papel e tamanho do Estado, apresentada como uma fórmula da modernização.
- 4 Formulações elaboradas no final da década de 1980 por um grupo de intelectuais estadunidenses, guiados por John Williamson, do *Institute for International Economics*, a serviço de instituições financeiras como o FMI, Banco Mundial e o BID, e do governo dos Estados Unidos, que deram origem aos modismos da subordinação do Estado ao Mercado.

#### Referências

- BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: *a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Caderno da dívida externa*, São Paulo, n. 69, Pedex, 1994.
- BOURDIEU, P. *Contrafogos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- CARAPINHERIO, G. A globalização e o risco social. In: SANTOS, B. de S. (Org.). *A Globalização e as Ciências Sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- CARMO, P. S. do. *O trabalho na economia global*. São Paulo: Moderna, 1998.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DOWBOR, L. Globalização e tendências institucionais. In: DOWBOR, L.; IANNI, O.; RESENDE, P. E. A. (Orgs.). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 14. ed. Rio de Janeiro: BCD União Editoras S.A., 1997.
- GIDDENS, A. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Modernização Reflexiva*. São Paulo: UNESP, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Sociology*. Oxford: Polity Press, 1990.
- IANNI, O. *Globalização: novo paradigma das ciências sociais*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Teorias da globalização*. 4. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1997.
- \_\_\_\_\_. A era do globalismo. In: ARLANCH, F. M. de O. (Org.). *Globalização, regionalização e na-*



*cionalismo*. São Paulo: UNESP, 1999.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.

SANTOS, B. de S. (Org.). *A Globalização e as Ciências Sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, 2002.

THUROW, L. C. *O Futuro do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

